

CONSTITUINTE

Sistematização limita censura a uma classificação indicativa

26 OUT 1987

por Andrew Greenlees
de Brasília

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou na sexta-feira a "classificação indicativa" para diversões públicas, como cinema e teatro. A decisão significa que, caso o plenário da Constituinte confirme o novo texto, deixará de existir proibição para que qualquer cidadão assista a filmes ou peças. Os órgãos federais poderão apenas indicar as idades consideradas mais adequadas para tanto.

Por 63 votos a 8, a comissão manteve o controle da União sobre "o fluxo de dados transfronteiras". Na prática, o dispositivo assegura a continuidade do funcionamento da Embratel, responsável pelo processa-

mento das comunicações de todos os tipos entre o Brasil e o exterior.

O debate sobre a questão nuclear acabou sendo adiado. O deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP) apresentou emenda proibindo a instalação e operação de usinas nucleares no País, mas o presidente em exercício da comissão, senador Fernando Henrique Cardoso, preferiu remeter o tema para o capítulo do meio ambiente. Dessa forma, pelo menos por enquanto, foi mantido o texto do projeto do relator Bernardo Cabral, que destina à Nação o controle sobre os serviços, instalações, comércio e pesquisa de materiais nucleares, sempre para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional.

Aprovada ampliação das atribuições dos estados

A repressão aos crimes contra a vida e o patrimônio, nas rodovias e ferrovias federais, deverá ser executada pelos estados, em consequência da aprovação da emenda do deputado Farabulini Júnior (PTB-SP), que retirou esta atribuição da União, na reunião da última sexta-feira da Comissão de Sistematização, conforme apurou a EBN.

A emenda, aprovada por 65 votos a zero, suprime o trecho assinalado no inciso XXI do artigo 20 do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). (Compete à União) "executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira, e nas rodovias e ferrovias federais, a repressão a crimes contra a vida e o patrimônio". Para o deputado Gastone Righi (PTB-SP), que a encaminhou, a Polícia Federal não tem condições de realizar essa missão, daí a necessidade de transferi-la às polícias estaduais. A matéria foi também apoiada pelo deputado José Tavares

(PMDB-PR) e teve o apoio da relatoria, através do sub-relator José Fogaça (PMDB-RS).

Por 62 votos a 15, a comissão rejeitou emenda do deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), que visava suprimir o inciso 24 do mesmo artigo, dando competência à União para "estabelecer a área e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa".

Para o autor, a matéria não deveria entrar no texto constitucional, por dizer respeito a atividade efêmera como a garimpagem. O deputado Ademir Andrade (PMDB-PA) falou contra, alegando que a emenda prejudicava os garimpeiros, responsáveis pela extração de 80% da produção de ouro do País. Acusado de defensor das mineradoras, por Andrade, o autor foi defendido pelo deputado Virgildasio de Sena (PMDB-BA), que considerou guerreiro desvinculado de qualquer interesse privatista.

Sessão é suspensa por falta de quórum

Os membros da Comissão de Sistematização suspenderam a sessão de sexta-feira de amanhã — que não foi reaberta por falta de "quorum" — para que os constituintes pudessem comparecer à posse dos novos ministros. Em uma hora e meia de reunião foram votados apenas três destaques, outros 21 foram prejudicados — dos quais dezenove pela ausência do autor e apenas dois em função de votações anteriores. A sessão, que começou com meia hora de atraso, às 9h30, porque não havia "quorum", ia ser suspensa pelo senador Jarbas Passarinho, que estava no exercício da presidência, para que chegassem constituintes em número suficiente para dar início às votações. No entanto, o senador Nelson Carneiro o impediu com uma questão de ordem que deu início aos protestos contra as notícias sobre a lentidão dos trabalhos. Carneiro fez questão de ressaltar que a Sistematização é apenas uma comissão encarregada de dar um parecer sobre uma proposta, o substitutivo do deputado Bernardo Cabral, que somente depois de sua aprovação será votado pe-

los 559 constituintes. Por isso, ele considerou que não há nenhum atraso e citou como exemplo as comissões técnicas do Poder Legislativo, que retêm durante meses um projeto de lei esperando por informações que possibilitem a sua aprovação ou rejeição. Por sua vez, o senador Jarbas Passarinho informou que até a sessão da última quarta-feira haviam sido realizadas 183 votações e ressaltou que "esta marca nunca foi atingida num ano legislativo normal". Segundo ele, entre destaques aprovados, rejeitados, prejudicados ou retirados, a Sistematização já deliberou sobre 1.600 emendas.

Depois de toda essa discussão, o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) pediu uma questão de ordem para informar à Sistematização que esteve no hospital Márcilio Dias, no Rio de Janeiro, para verificar se os pacientes da contaminação em Goiânia estavam sendo bem tratados e se havia risco de outras pessoas internadas também serem expostas à radiação. Ele disse que tudo está sob controle e fez a comunicação para tranquilizar os constituintes.

GAZETA MERCANTIL